

---

ASSUNÇÃO, Rudy Albino de. *Bento XVI, a Igreja Católica e o “espírito da modernidade”*: uma análise da visão do papa teólogo sobre o “mundo de hoje”. Paulus: São Paulo, 2018. 356 p. 14x21 cm. ISBN: 978-85-849-1082-3.

---

Rudy Albino de Assunção é natural de Gravatal (SC). Casado com Renata Silva de Assunção e pai de Bento José, Lucas e Luísa. Bacharel em Filosofia (2005) pelo Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE, Mestre (2010) e Doutor (2016) em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Fez seu Doutorado Sandwich na Universidade de Navarra (Pamplona, Espanha), sob a orientação de Pablo Blanco Sarto. É professor no Centro Universitário Católico de Quixadá (Ceará).

O A. revela que começou a ler as obras de Joseph Ratzinger aos 15 anos. Sua admiração pelo “teólogo que se tornou papa, e o papa que nunca deixou de ser teólogo”, no entanto, não ofuscou seu senso crítico e sua refinada análise da produção teológico-pastoral de Joseph Ratzinger-Bento XVI. É o que podemos constatar em sua tese doutoral, ora publicada, orientada por Carlos Eduardo Sell que, no prefácio (p. 15-20), nos oferece algumas chaves de leitura para “descortinar a riqueza” da pesquisa e afirma que podemos ler o escrito como uma “sociologia do papado” ou mesmo como “uma impressionante *sociologia do catolicismo em perspectiva global*”. Segundo Sell, a obra pode, portanto, interessar tanto a teólogos e cientistas sociais, como a leigos ou interessados no estudo da religião.

Na Introdução (p. 21-35), o A. declara que a leitura assídua do teólogo lhe fez perceber que ele tinha um diagnóstico não só da Igreja em nosso tempo, mas do “nosso tempo”. Igreja e modernidade são duas realidades colocadas habitualmente em oposição; no entanto, a relação entre ambas é bem mais complexa.

Para realizar uma análise mais consequente, o A. serve-se principalmente dos estudos de Max Weber e usa particularmente *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, destacando que, apesar de o catolicismo ter sido colocado como principal antagonista da modernidade, na verdade, ele figura como um dos elementos constitutivos da modernidade. A abordagem histórica que sempre o apresentou como antimoderno precisava ser revista. Tal postura ter-se-ia mudado com o Concílio Vaticano II, que procurou promover um diálogo com o mundo moderno. No entanto, segundo diversos comentadores, com a eleição de João Paulo II, a herança de abertura do

Concílio foi deixada de lado. O papa polonês teria endossado um projeto “substancialmente antimoderno”. Em seu pontificado o Cardeal Ratzinger teve um papel preponderante na orientação doutrinal.

Segundo o A., um grupo de analistas, entre os quais o teólogo belga José Comblin, faz uma avaliação negativa da hermenêutica de Ratzinger em relação ao Concílio Vaticano II, vista amiúde como oposição ao Vaticano II e, conseqüentemente, como oposição à modernidade. Para o A. essa correlação não corresponde à complexidade do pensamento do personagem. Servindo-se das categorias weberianas, ele traça uma biografia “tripartida”, em três períodos: o *intelectual* (1951-1982: professor universitário), o *burocrata* (em sentido sociológico weberiano: como Prefeito para a Congregação da Doutrina da Fé, 1982-2005) e como *líder político (e religioso)*, como bispo de Roma e Chefe do Estado do Vaticano (2005-2013). As três grandes etiquetas que rotulam Ratzinger-Bento XVI, ao mesmo tempo em posições distintas, como *antimoderno*, *moderno* e, em alguns casos, *pós-moderno*, suscita a instigante pergunta: “Mas, afinal, qual a postura do teólogo e do Papa diante do fenômeno que é abarcado pela *modernidade* e o que ele entende realmente por este conceito tão disputado?” (p. 31).

O A. se propõe a fazer, em primeiro lugar, a apresentação de uma sociologia do catolicismo elaborada a partir da obra de Max Weber (1864-1920), porque “Weber é um autor incontornável para aqueles que pretendem entender a emergência da modernidade” (p. 32). Indica a dupla perspectiva seguida por sua exposição: a *diacrônica* e a *sincrônica*, nas quais analisa o lugar do catolicismo na emergência da modernidade e a relação do catolicismo com as esferas intelectual, política e econômica. Esses dois momentos orientam também a análise acerca de Ratzinger-Bento XVI, sua compreensão da modernidade e da relação desta com a Igreja Católica nas esferas já citadas.

A obra organiza-se em quatro partes: na parte I, o A. apresenta os “Elementos para uma sociologia do catolicismo em Max Weber” (p. 37-91). A parte II discorre sobre “O Concílio Vaticano II e a modernidade” (p. 93-142). A parte III aborda “A genealogia da modernidade” (p.143-187). Na parte IV, temos a análise “A Igreja Católica e as esferas modernas” (p. 189-303).

A parte I está estruturada em dois capítulos, que estabelecem a relação diferenciada entre “catolicismo” e “modernidade”. O primeiro investiga, em chave *diacrônica*, o papel do catolicismo na formação do mundo moderno. Para tanto, aborda três variáveis inter-relacionadas: a gênese do capitalismo, o processo de desencantamento do mundo e a secularização. No segundo capítulo, em chave *sincrônica*, aborda-se a relação entre o catolicismo e as esferas de valor do mundo moderno, em especial a esfera intelectual, política e econômica. No final do segundo capítulo, o A. explica de que modo estes referenciais servem como guias analíticos do livro.

Nesta seção, além de *A ética protestante*, o A. serve-se também de outras obras de Weber: *A ciência como profissão* e *Economia e Sociedade*. O A. apresenta o papel do catolicismo no processo de desencantamento do mundo (central na visão weberiana da modernidade) e a secularização, esta uma “metáfora” que surge no contexto jurídico religioso do séc. XVI e cujo desenvolvimento, enquanto racionalidade, é uma “peculiaridade ocidental”.

A parte II compõe-se de dois capítulos. Um dedicado à visão do teólogo Joseph Ratzinger acerca da abertura conciliar ao “mundo de hoje” e o outro que versa sobre o Vaticano II e a modernidade no pontificado de Bento XVI. Esta parte procura responder à questão se “a presumida leitura *tradicional-continuísta* de Joseph Ratzinger-Bento XVI significa necessariamente uma rejeição da modernidade” (p. 102). O Vaticano II, uma verdadeira “viragem epocal”, segundo o teólogo, assumiu a tarefa de definir de maneira nova tanto a missão da Igreja quanto sua relação com a modernidade. Deve-se, no entanto, entender que o Concílio não busca “uma mundanização, e sim uma abertura para o mundo” (p. 105). Os documentos *Gaudium et spes*, *Dignitatis humanae* e *Nostra aetate* formam uma “trilogia muito importante” e representam uma espécie de *Antisyllabus* contraposto ao *Syllabus* de Pio IX. A *Gaudium et spes* é o documento mais significativo. Três são os temas recorrentes nas análises ratzingerianas: o conceito de *mundo* e suas características dominantes; a categoria de *diálogo* (que nasce da ideia de abertura ao mundo, antes aludida); e, por fim, determinado tipo de *otimismo* de que está prenhe o texto. À Igreja cabe um papel profético e crítico. Bento XVI distinguia duas hermenêuticas dominantes sobre o Concílio do século XX: a da “descontinuidade ou ruptura” e a da “reforma”. Ele se distancia da primeira e apresenta uma versão particular da hermenêutica da reforma. Há para Ratzinger-Bento XVI uma modernidade boa, sadia e outra equivocada. Há valores modernos que nasceram do cristianismo e, por isso, o parentesco entre cristianismo e modernidade: a Igreja não poderia recusar aquilo que a modernidade herdou dela mesma. Há, portanto, para Ratzinger, valores nascidos na modernidade, fora do cristianismo, que a Igreja pode, com discernimento, acolher, assimilar, transfigurar e recriar.

A parte III que, junto com a parte II constituem o núcleo mais denso e criativo da investigação, aborda a gênese da modernidade. Esta parte também se organiza em dois capítulos. O primeiro analisa a relação entre a fé cristã e a racionalidade na visão de Ratzinger e o segundo o tema da fé e razão no pontificado de Bento XVI. É necessário desfazer o equívoco do reducionismo da razão (há razões históricas a serem consideradas) e compreender a razão também a partir da Revelação cristã. Nesta parte, o autor demonstra que, no pensamento de Ratzinger-Bento XVI, o cristianismo está intimamente ligado ao surgimento da modernidade.

A parte IV procura identificar, com o apoio do instrumental weberiano, a relação da Igreja Católica com as esferas modernas, particularmente a

ciência e a técnica (capítulo I), a política (capítulo III), laicidade e liberdade (capítulo IV) e a economia, particularmente o “dinheiro” (capítulo V). Nesta parte, o A. explicita, mais detidamente, entre outros pontos, a asserção primária do pensamento beneditino (capítulo II), segundo a qual “quanto mais a ciência avança mais ela se aproxima do vislumbre da Razão criadora, do *Logos* que está na origem de tudo” (p. 221). Tanto o teólogo como o papa reconhecem a autonomia dessas realidades. Há um lado positivo no processo de secularização, no qual o cristianismo joga um papel importante. A autonomia, no entanto, é relativa, uma vez que estas esferas se inter-relacionam. À Igreja cabe, pois, o papel de formação das consciências. Especial atenção é dada ao tema da configuração do direito no mundo moderno, da liberdade, como característica da modernidade, e da liberdade religiosa, como fundamento da laicidade. A Igreja Católica aparece como uma fonte de “energia moral” da economia. A ética não é algo exterior à economia, e esta deve considerar os valores humanos da solidariedade, as responsabilidades recíprocas e integrar a ética na construção da própria economia.

A riqueza da pesquisa, entre outros aspectos, reside no conhecimento que o A. possui acerca da produção teológica de Ratzinger e na ampla consulta aos discursos de Bento XVI ao longo de seus oito anos de pontificado (2005-2013). Usando com maestria o instrumental teórico escolhido, o A. descortina o panorama complexo do tema proposto, além de demonstrar que o pensamento do teólogo alemão é composto de “muitas camadas” e que não se pode compreender a Igreja e a Modernidade, “grandezas tão complexas [...] a partir de rótulos reducionistas e ideologicamente apaixonados, inflamados” (p. 311). O caminho consiste em “restabelecer o diálogo entre cristianismo e modernidade para que se encontre a justa medida da realização dos valores fundamentais que ambos preconizam” (p. 312).

A edição apresenta rico aparato científico, como era de se esperar, mas de maneira acessível a um público mais amplo, como assinalado por Stell, no Prefácio. Sugestão para uma próxima edição: organizar um índice remissivo, que facilitará a pesquisa e valorizará ainda mais esta significativa contribuição.

Merece atenção a revisão de alguns deslizes de digitação (*cf.* p. 23, na sétima linha, a data da eleição de João Paulo II é 1978 e não 1968). Na p. 39, assim aparece o título: “O catolicismo e a gênese do mundo moderno: perspectiva sincrônica” [*sic!*]. Não seria diacrônica? (*cf.* também o índice). Na p. 95, falta a indicação/numeração do Capítulo I, como se fez no Capítulo II (p. 129) e nos outros capítulos das demais partes. Ainda assim, há uma numeração solta no corpo do Capítulo I, à página 121: 1.2. “Completando o *Antisyllabus*: a *Nostra aetate* e a *dignitatis humanae*” (onde está o 1.1. ?); no conjunto do texto não é usada numeração para a classificação dos tópicos.

Na revisão às vezes escaparam alguns detalhes, como, por exemplo, separar as palavras juntas (p. 52, linha 27: “últimaelimina”; p. 73, linha 22: “momento de assistiruma”; p. 152, nota 30: consideracaracterizada; p. 311, última linha: terminapor); falta a crase (p. 159, linha 20: “hermenêutica à qual ele ira se opor”; p. 303, linha 13: “subjazem à atividade...”). Quando se trata de palavras em outras línguas, a correção automática é traiçoeira (cf. p. 30, nota 34). Na p. 237, nota 1: há também vários erros de correção automática.

No sobrenome de João Batista aparece “Libânio”, que não é acentuado, é Libanio e não Libânio (cf. p. 23, nota 10; p. 28, nota 25; por sua vez, a referência citada nesta nota 25 não aparece nas Referências Bibliográficas, cf. p. 344). Na p. 168, na nota 108, a referência não corresponde: no volume LVII, da revista citada, os números em que se encontra o artigo são 226-227, jul.-dez. 2012, p. 435-438 e não 224-225, jan.-jun. 2012, p. 435-448. Por fim, falta paginação das páginas 354-355.

Evidentemente estes detalhes não atingem o conteúdo da obra e a maneira brilhante com que a pesquisa foi realizada e desenvolvida. Uma oportuna revisão fará jus a tão profunda e perspicaz investigação.

*Luiz Antônio Pinheiro, OSA \**

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Belo Horizonte, MG, Brasil. Bolsista da CAPES.

Bruno Forte nasceu em 1949, em Nápoles, na Itália. Possui doutorado em Teologia e Filosofia respectivamente pela Faculdade Teológica de Napoli-Capodimonte (1974) e pela Universidade de Nápoles (1977). Exerceu o magistério de Teologia dogmática na Pontifícia Faculdade de Teologia da Itália Meridional (Nápoles), até 2004, quando foi eleito Bispo de Chieti-Vasto. É autor de numerosas obras de Teologia traduzidas em muitas línguas e teólogo reconhecido internacionalmente.

O livro reúne uma série de palestras, relatórios, artigos e conferências. O título demonstra a preocupação que perpassa a obra, formando sua unidade. Na introdução, o Autor apresenta os desafios e as esperanças para a transmissão da fé em nossos dias. Constata como principal dificuldade o desinteresse atual pelas perguntas fundamentais e também a sobreposição do efêmero ao Eterno. Como sinal de esperança, afirma, lembrando Santo Agostinho, que o coração inquieto do ser humano é o “colaborador do Altíssimo”. Nesse sentido, apresenta o desafio em descobrir “as modalidades corretas para criar a relação” e a linguagem que inspirem uma “fecunda transmissão da fé” (p.11). Ele propõe como objetivo da obra “oferecer uma reflexão o mais possível orgânica, o mais próximo da vida, sobre os desafios e possibilidades de transmitir a fé, acolhida no livre consenso da mente e do coração” (p.12). Toma como imagem sintética de seus escritos o profeta Elias, que, zeloso pela causa de Deus, teve que aprender a gramática de Deus que se apresenta em sinais humildes. Sinais que, para os nossos dias, segundo o Autor, nos convidam a superar “o domínio da razão absoluta” (p.13).

A obra está dividida em oito partes, cada uma subdividida em capítulos, formando ao todo vinte pequenos capítulos e um apêndice. A primeira parte, “Nas fontes da fé”, apresenta a origem e os sujeitos da transmissão da fé. O Ressuscitado toma a iniciativa de ir ao encontro dos discípulos, fazendo-os participantes da “nova Vida” e incumbindo-os de compartilhar com os outros a nova vida. São dois os protagonistas desta missão: o Espírito como sujeito transcendental e a Igreja como sujeito histórico. O Autor afirma que é na história de Jesus que podemos fundamentar a auto-comunicação de Deus. Reconhece nessa história o tríplice êxodo de Jesus: o Êxodo do Pai, o êxodo de si e o êxodo rumo ao Pai. Os cristãos devem seguir esse exemplo, tornando-se “discípulos do Único, servos por amor e testemunhas do sentido” (p. 22). A seguir, apresenta a Igreja: Ela não só é o ícone da Trindade, que arma através dela a “sua tenda entre os homens”, mas a *kênosis* do Espírito que permite à Igreja ser presença da divindade na história. Apresenta os diversos modelos de transmissão da fé ao longo da história (p. 26).

A segunda parte relaciona o dom da fé com a tarefa de transmiti-la. “Se a fé é um dom como pode ser possível transmiti-la? Como pode o crente ser educado nela?” (p. 47). A resposta está na gênese dos evangelhos. Citando o Cardeal Carlo Maria Martini, mostra que os evangelhos têm como destinatários vários modelos de fiéis. Os evangelhos de Marcos, Mateus, Lucas e João foram escritos visando respectivamente os catecúmenos, os catequistas, os doutores e os presbíteros (p. 47). Conclui que o Evangelho tem valor indeclinável como modelo didático para a transmissão da fé. Os evangelistas, ao narrar a história de Jesus, querem “tornar os destinatários participantes da experiência que lhes transformou a vida” (p. 48). Cita, do Evangelho de Mateus, o exemplo dos Magos como “modelo de todos que buscam de modo honesto a Deus” (p. 51). Essa busca deve reconhecer os sinais (estrela) que Deus coloca à nossa disposição na natureza e na história. Nesses sinais, Deus alcança aqueles que o buscam (p. 52). Na dificuldade e na dúvida, a escuta da Palavra de Deus servirá como baliza (p. 53). A seguir diz que, para transmitir a fé de modo credível, é preciso maturidade. A maturidade de quem transmite se caracteriza pela fé recebida da tradição, acolhida no consenso e finalmente anunciada: *traditio fidei, receptio fidei e redditio fidei* (p. 61).

A terceira parte relaciona fé e palavra de Deus, fé e verdade e a importância da síntese da fé no símbolo. Primeiro cita o Concílio Vaticano II e a redescoberta da Palavra de Deus, apontando sua importância na vida cristã. Destaca que essa palavra é “boa-nova para todas as solidões”. Aponta a Igreja como realidade constituída pela Palavra, “Criatura” e como casa onde habita a Palavra (p. 82). A seguir pergunta pela Verdade e responde: “*Est vir qui adest*”. Visita, aí, dois filósofos que tiveram importante papel na elaboração da teologia contemporânea: Hegel e Schelling. O Autor trata de um tema recorrente em sua Teologia: a revelação de Deus nos limites da história. Diz que a verdade se identifica com Cristo, a quem é “devida a obediência da inteligência e da vontade” (p. 89). A verdade é *ex nobis* e *extra nos* (p. 91). Para Hegel, essa verdade é o sujeito absoluto que se revela na história. Uma revelação necessária como automanifestação e autoconstituição. O Autor compreende a revelação, dialeticamente, como um revelar e um velar de Deus, o Totalmente Outro, que livremente se revela ao homem. Assim se opõe à visão de Hegel que afirma ser o cristianismo a religião onde Deus manifesta aquilo que é (p. 92). De outra, parte apresenta a revelação em Schelling, que, apesar de reconhecer a iniciativa livre de Deus, apresenta aquele que o revela, o Filho, elevado ao ser na história, apesar de “existir desde sempre na vontade do Pai” (p. 97). Conclui que a verdade “se manifesta na história e não se torna verdade nela” (p. 99). Ao falar do símbolo apostólico, o apresenta como baliza que, na sua brevidade, contém um “grande peso pelas afirmações que faz” (p.103).

A quarta parte trata de duas realidades que congregam e constituem a assembleia dos que têm fé: a Eucaristia e o Templo. Começa falando do

aspecto social da Eucaristia e desenvolve a partir daí o seu valor sacramental (p. 112). Afirma o caráter de sinal sagrado do Templo, que guarda para o povo a mensagem da vida e da fé (p. 121). É ainda o lugar onde, por meio de Jesus Cristo, oferecemos a Deus um culto agradável (p. 122). O Templo tem o aspecto simbólico e teológico referente à nossa origem e ao nosso destino, à presença divina e ao lugar da aliança. É o lugar onde o povo “aprende a ser a Igreja da esperança e da alegria” (p. 129).

A quinta parte trata da fé vivida: entende que a fé comporta uma atitude diante da vida e se traduz na tríplice tarefa de guardar a criação, o outro e Deus. Trata a questão da ética como comportamento e morada (p. 134). Diz que a modernidade deslocou a ética heterônoma para a ética da autonomia. Isso trouxe consequências negativas na relação do homem com a natureza, com o outro e com Deus. Propõe quatro teses para a superação de uma ética centrada em si mesma. Primeiro: “Não há ética sem transcendência” (p. 140). Segundo: “Não há ética sem gratuidade e responsabilidade”. Terceiro: “Não há ética sem solidariedade e justiça” (p. 141). Quarto: “A ética remete à transcendência livre e soberana, última e absoluta” (p. 141). Aí nós nos encontramos nos umbrais que unem a ética filosófica à ética teológica. Por fim, apresenta o homem como guardião de Deus, guardado por ele no amor.

Ao falar da família, diz que a família entra em crise na pós-modernidade. Atribui essa crise à rejeição de toda forma de segurança como ameaça a liberdade (p. 147). Ao relacionar mulher e fé, fala da bondade dos primórdios: mulher e homem criados por Deus com igual dignidade. A relação ferida: Mulher e homens cúmplices na prática do mal e o extraordinário protagonismo de figuras individuais da mulher na história da salvação. Por fim apresenta a relação original de Jesus com as mulheres, superando os tabus que pesavam sobre a mulher numa sociedade patriarcal. Em meio à crise, se encontra também a juventude, tendo como principal causa o fim dos sonhos ideológicos (p. 161). Como solução propõe a necessária “busca do sentido perdido”, um sentido último (p. 163). Diz que os jovens devem ser os exploradores, enviados para descobrir o futuro de todos (p. 166).

A sexta parte fala da fé em diálogo. Começa apresentando o necessário diálogo da fé com aqueles que não crêem. Existe uma condição comum entre os crentes e os não-crentes: ambos estão a caminho, ambos estão à procura (p. 171-172). Na sequência, trata da beleza como via para a transmissão da fé. Diz que a transcendência e o infinito se oferecem no Belo. Nessa beleza, entra também a música. Diz: “A música sacra ajuda a entender de que modo a via de Deus não é somente aquela da palavra...” (p. 197).

A sétima parte, “A fé a caminho”, apresenta algumas concepções de fé e as consequências da atitude de crê. Apresenta o aspecto desafiador da fé

que é ser uma prova (elenco ou argumento) em relação àquilo que não se vê (p. 201). Para o Autor, a fé abre, desde o horizonte caduco do tempo, “os horizontes firmes do eterno” (p. 202). Através da fé, adquirimos a vida teologal, participamos da vida divina. Isso abre caminho para a vitória da fé sobre a morte.

A última parte, a oitava, fala sobre “O sorriso de Deus”. Começa apresentando o sorriso de Deus no gesto de seu agir salvífico. A criatura experimenta o seu sorriso quando se sabe amada por Ele (p. 222). Não consegue perceber esse sorriso, quem deseja fundamentar a fé apenas na razão humana, ou, por outro lado, quem pensa que todo esforço humano nesta terra é vão. Por fim, o apêndice é um comentário de algumas partes da encíclica do Papa Francisco, *Lumen Fidei*, e da Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*.

O livro tem uma desenvoltura literária e argumentativa bastante agradável; em algumas passagens a fala do Autor soa poética. Percebe-se nas entrelinhas o drama da secularidade vivida na Europa como *leitmotiv* e o desejo de “transmitir a fé” como possibilidade de resposta para esse drama. O texto é rico na divulgação dos princípios que norteiam a ortodoxia da fé católica. O Autor demonstra, em diversas passagens, que esses princípios estão em choque com a mentalidade que predomina na cultura europeia. São recorrentes suas críticas à “razão absoluta”, à modernidade e à pós-modernidade como promotoras do totalitarismo, da massificação, da fragmentação e da solidão humana na atualidade. As reflexões estão ancoradas na Sagrada Escritura, em documentos eclesiais e autoridades teológicas. Apresenta seu pensamento, confrontando-o com alguns filósofos, como Hegel e Schelling (p. 89-10). Ao refletir sobre a dimensão ética da fé, no cuidado com o outro, faz referência ao filósofo judeu, Emmanuel Lévinas (p. 138-139). O Autor utiliza muitas expressões latinas. No entanto, tal recurso pode dificultar o entendimento de algumas passagens, para quem não está familiarizado com a língua eclesial.

A fé, enquanto dom, é o que torna o ser humano capaz de acolher o anúncio e de reconhecer que, nesse anúncio, existe algo que diz respeito a si e aos outros. Assim aquilo que se transmite, para integrar uma existência, não deve ser alheio àquele que recebe. O vocábulo transmissão não está livre de riscos, como o próprio Autor reconhece (p. 47). Ainda com relação à modernidade e à razão, não é possível tirar da razão o seu papel na recepção do anúncio. O ser humano contemporâneo não é tão passivo como no passado. Diante de tal constatação, os métodos antigos de “transmissão” da fé já não funcionam mais. A razão, não a absoluta ou a instrumental, tem hoje um papel irrenunciável. Muitos perigos irracionais rondam a humanidade, colocando em risco a sua existência. O livro é instigante e faz refletir; é pertinente a imagem profética que o Autor adota.

O livro nasce não só da competência teológica e filosófica de Bruno Forte, mas também de sua experiência e compromisso pastoral. Desse modo, os teólogos, aqueles que trabalham a relação entre ética filosófica e teológica, os presbíteros e as pessoas que trabalham na formação de catequistas e os catequistas poderão tirar muito proveito da leitura da obra.

*Damião Coelho Neto \**

---

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Belo Horizonte, MG, Brasil. Bolsista da FAPEMIG.